

300 milhões, que ele integralizou de forma um tanto pitoresca, para não dizer escandalosa: um equipamento completo de estação de TV, RCA Victor, no valor de 160 milhões de cruzeiros, especificado na licença de importação nº DG/60-7 484 18 056. Esse equipamento fora adquirido com câmbio privilegiado, pagando apenas 1/3 da cotação do dólar concedida às demais estações de TV. Roberto Marinho deu, como parte da sua quota, um bem que não era seu, mas sim da Rádio Globo S.A. E continua não sendo dele porque continua sendo da Rádio Globo S.A., conforme se vê no *Diário Oficial* de 5-5-65, que publicou a isenção de imposto para importação desse material da TV-Globo. E a relação do material está encimada por este subtítulo: 'Relação do material a ser importado pela Rádio Globo S.A.' Essa proeza do sr. Marinho não foi superada, até hoje, por ninguém. Mas eu vou, como deputado, pedir informações sobre esse caso. Aliás, Marinho integralizou sua quota de capital com valores curiosos, como 150 toneladas de ferro, 3 mil sacos de cimento, 2500 tábuas, 400 m<sup>3</sup> de pedras, 400 m<sup>3</sup> de areia, 500 kg de arame preto, 660 de pregos, 2 betoneiras e 10 martelos a 700 cruzeiros cada um. . ."(369) Repetia-se, pois, o caso da velha rotativa Goss. . .

O caso das ligações de *O Globo* com o consórcio norte-americano *Time-Life*, que motivou a campanha comandada pelo deputado João Calmon vinha coroar situação que se iniciara, entretanto, muito antes, nos fins de 1965, quando começaram a transpirar as compras de jornais, emissoras de rádio, oficinas de impressão, estações de televisão, por grupos estrangeiros. Em S. Paulo, antigo criador de aves e ovos, Otávio Frias de Oliveira, tornava-se, por singular passe de mágica, proprietário da empresa jornalística *Folha de S. Paulo*, que mantinha três diários dos mais importantes da capital paulista. As operações em torno das emissoras de televisão e de rádio — redes inteiras passando, da noite para o dia, às mãos de testas-de-ferro de grupos econômicos estrangeiros, já não eram mantidas em segredo. Mas a penetração não se limitava à imprensa periódica, ao rádio e à televisão: estendia-se, também, a oficinas gráficas e a empresas editoras de livros, algumas compradas, outras fartamente subsidiadas, terceiras objeto de sedutoras ofertas e, ao mesmo tempo, de veladas ameaças de irresistível concorrência. Tratava-se, evidentemente, de grave ameaça à cultura brasileira, numa fase em que vinha ela atravessando séria crise, por força das condições esterilizadoras criadas pela ditadura.

Nos fins de janeiro de 1966, tornava-se público que as autoridades

(369) A entrevista do deputado João Calmon foi reduzida a texto e divulgada pelo *O Cruzeiro*, Rio, de 2 de abril de 1966, de onde foram extraídos os trechos citados.